

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE GÊNERO

Karina Oliveira de Freitas

**CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE IGUALDADE DE GÊNERO NA  
UFSM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Santa Maria, RS  
2021

**Karina Oliveira de Freitas**

**CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE IGUALDADE DE GÊNERO NA UFSM:  
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Estudos de Gênero, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Estudos de Gênero**.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Eliane Leindcker da Paixão

Santa Maria, RS  
2021

**Karina Oliveira de Freitas**

**CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE IGUALDADE DE GÊNERO NA UFSM:  
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Estudos de Gênero, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Estudos de Gênero**.

**Aprovado em 29 de janeiro de 2021:**

---

Márcia Eliane Leindcker da Paixão, Dra. (UFSM)  
(Presidente/Orientadora)

---

Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca, Dra. (UFSM)  
(Comissão Examinadora)

---

Monalisa Dias de Siqueira, Dra. (UFSM)  
(Comissão Examinadora)

Santa Maria, RS  
2021

## RESUMO

### **CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE IGUALDADE DE GÊNERO NA UFSM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

AUTORA: Karina Oliveira de Freitas  
ORIENTADORA: Márcia Eliane Leindcker da Paixão

Em resposta as reivindicações da comunidade acadêmica, principalmente das mulheres, exigindo a adoção de mecanismos institucionais para a promoção da igualdade de gênero e o combate a todas as formas de discriminação e violência no ambiente universitário, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) criou, em 2017, a Comissão Institucional de Política de Igualdade de Gênero. O grupo, composto por servidoras, servidores e estudantes, tem se empenhado na construção de uma proposta de Política de Igualdade de Gênero para a UFSM, abrangendo todas as instâncias institucionais. Esse trabalho relata a experiência vivida pela autora enquanto integrante da referida comissão e tem como objetivo sistematizar as ações ocorridas durante o processo de construção dessa política na UFSM, a partir do ponto de vista da autora e do viés dos Estudos de Gênero. O movimento de abordar a trajetória de vida da autora como parte do processo traz uma abordagem situada para o estudo. As noções sobre narrativas de vida, conhecimento situado, movimentos feministas, gênero e políticas públicas apresentadas fornecem subsídios teóricos para a construção desse relato de experiência. A sistematização do processo, além de apresentar a essência da Política de Igualdade de Gênero da UFSM, ainda reflete sobre as potencialidades, as fragilidades e os desafios da Instituição no que se refere à promoção da igualdade de gênero e elenca como um dos maiores ganhos a criação da “Casa Frida Kahlo”, órgão que será responsável pelo acolhimento das pessoas em situação de violência de gênero vinculadas a Instituição.

Palavras-chave: Igualdade de Gênero. Política Institucional. Universidade. Narrativas de vida.

## **ABSTRACT**

### **CONSTRUCTION OF THE GENDER EQUALITY POLICY AT UFSM: AN EXPERIENCE REPORT**

AUTHOR: Karina Oliveira de Freitas  
ADVISOR: Márcia Eliane Leindcker da Paixão

In response to the demands of the academic community, especially women, demanding the adoption of institutional mechanisms to promote gender equality and combat all forms of discrimination and violence in the university environment, the Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) created, in 2017, the Institutional Commission for Gender Equality Policy. The group, composed of servers and students, has been engaged in the construction of a proposal for a Gender Equality Policy for UFSM, covering all institutional arrangements. This paper reports the experience lived by the author as a member of this commission and aims to systematize the actions that occurred during the process of constructing this policy at UFSM, from the author's point of view and from the perspective of Gender Studies. The movement to approach the author's life trajectory as part of the process brings a situated approach to the study. The ideas about life narratives, situated knowledge, feminist movements, gender and public policies presented provide theoretical support for the construction of this experience report. The systematization of the process, in addition to presenting the essence of the UFSM Gender Equality Policy, also reflects on the potentialities, weaknesses and challenges of the Institution with regard to the promotion of gender equality and lists as one of the biggest gains the creation of "Casa Frida Kahlo", an organization that will be responsible for reception of people in situations of gender violence linked to the Institution.

Keywords: Gender Equality. Institutional Policy. University. Life narratives.

## 1. INTRODUÇÃO

Esse relato tem origem em uma experiência vivida por mim e, por isso, é importante situar-me enquanto mulher, branca, feminista, servidora técnico administrativa em educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e integrante da Comissão Institucional de Política de Igualdade de Gênero, criada em 2017. A experiência vivenciada nessa comissão somada ao reconhecimento pelo histórico de luta de mulheres desta universidade para garantir mecanismos institucionais que promovam a igualdade de gênero e o combate a todas as formas de discriminação e violência no ambiente universitário motivou o registro histórico do processo de construção de uma política institucional tão relevante para as questões de gênero na UFSM.

Na tentativa de organizar em uma linha temporal os acontecimentos que envolveram esse processo parto da seguinte questão: *Como se deu a construção da Política de Igualdade de Gênero na UFSM a partir da experiência vivida enquanto integrante da Comissão da Política de Gênero?* Essa sistematização do processo será melhor detalhada na seção 3.

Conforme sinalizado acima, o objetivo geral deste relato é sistematizar as ações ocorridas durante o processo de construção dessa política na UFSM, a partir da minha experiência na comissão e do viés dos Estudos de Gênero, na expectativa de que esse registro possa servir a outros grupos e instituições que estejam vivenciando processos semelhantes. Alinhados com o objetivo geral foram traçados alguns objetivos específicos, entre eles: reconhecer as potencialidades e as fragilidades da instituição no que se refere à promoção da igualdade de gênero, identificar os desafios para a implementação da política em questão e possibilitar a reflexão sobre a igualdade de gênero na UFSM.

A justificativa para a escolha do tema envolve, além do compromisso com o registro histórico do processo de construção da Política de Igualdade de Gênero, algumas motivações pessoais. Por isso, considero importante refletir sobre quais acontecimentos em minha trajetória de vida me levaram a participar desse processo.

Sou filha única, nascida em abril de 1985, no Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM). Na época, meu pai trabalhava como pintor automotivo, profissão em que atua ainda hoje, e minha mãe trabalhava em um tabelionato de registro civil. Logo que nasci, minha mãe decidiu se afastar do emprego para cuidar de mim e

mesmo depois de crescida, ela nunca voltou a se inserir no mercado de trabalho. Passados alguns anos e tendo tomado consciência do impacto que essa decisão gerou na vida de minha mãe, esse episódio continua sendo muito marcante em minha constituição enquanto sujeito. Acredito que essa situação tenha influenciado fortemente em meu modo de ser, de enxergar e de me colocar no mundo.

Da Educação Infantil até o Ensino Médio estudei na mesma instituição, a Escola Estadual de Educação Básica Prof<sup>a</sup> Margarida Lopes, localizada em Santa Maria-RS. Aos 17 anos de idade, ingressei no Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFSM. Concluí a graduação em 2007 e após um período de muitos conflitos e dúvidas sobre qual caminho profissional gostaria de seguir, ingressei, em 2009, no Curso Técnico em Agropecuária, no Colégio Politécnico (UFSM). Concomitantemente ao técnico ingressei no Mestrado em Zootecnia, na mesma instituição, curso onde enfrentei muitos desafios, alguns por não ser da área e outros, por ser mulher em uma área predominantemente masculina. Na época, vinha estudando para concursos públicos e realizando muitas provas e em função da aprovação e nomeação em um dos concursos, o que acarretou uma mudança de cidade, não pude concluir o curso técnico e nem o mestrado.

Nesse período, em decorrência do investimento massivo do Governo Lula por meio da política de expansão da educação superior pública, pude participar de concursos em diversas universidades recém-criadas. Assim, depois de muito estudo e algumas provas realizadas, em junho de 2010, tive a boa notícia da nomeação na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), uma universidade criada em 2006, fruto dessa política de expansão da rede federal pelo interior do Brasil. Em julho do mesmo ano tomei posse no cargo de Técnico em Assuntos Educacionais, sendo lotada no Campus Bagé, onde permaneci por dois anos atuando no Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NUDE). Recordo que entre a data em que prestei o concurso até a data da minha posse, a remuneração básica teve um reajuste considerável, logo entendi que foi resultado do movimento grevista de colegas que eu nem conhecia, mas sabia que lutavam pela universidade pública e por melhores condições de trabalho. Por esse motivo, sou grata e consciente do meu papel e compromisso na defesa do serviço público.

Enquanto trabalhava no Campus Bagé, ingressei na Especialização em Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas à Educação, curso da UFSM ofertado na modalidade de Educação à Distância (EaD), em parceria com a

Universidade Aberta do Brasil (UAB). Após um ano trabalhando na UNIPAMPA, ingressei com uma solicitação de redistribuição para a UFSM, a ideia era retornar a minha cidade natal e ficar mais próxima da família. Em setembro de 2012 a redistribuição foi efetivada. Chegando à UFSM, fui lotada no Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE), onde atuei por um ano. Nesse período, ingressei na primeira turma do Mestrado em Tecnologias Educacionais em Rede, tendo concluído o curso em julho de 2014. Após um ano atuando no NTE, fui removida para o Centro de Educação (CE), para trabalhar junto aos Laboratórios de Metodologia do Ensino (LAMEN), setor no qual me encontro ainda hoje.

Mesmo tendo frequentado cursos de áreas distintas e circulado por diferentes espaços de educação formal, hoje percebo que em nenhuma ocasião foram abordadas as questões de gênero. Meu primeiro contato com os estudos feministas e de gênero ocorreu em 2016, quando fui convidada a participar do Grupo de Estudo e Pesquisa Feministas Elas, liderado pela professora Márcia Paixão, orientadora deste trabalho. Essa experiência tem sido um divisor de águas em minha trajetória de vida. Reconheço que, em função dessas vivências, me tornei mais consciente da condição das mulheres na sociedade, da importância e da força de ações coletivas e organizadas para a transformação dessas condições, inclusive por meio de políticas públicas. Desde o início, me senti acolhida por todas as participantes, o grupo tem como característica marcante a valorização das experiências de vida, as quais se entrelaçam com as leituras e teorias estudadas. Nesse sentido, as vivências e trocas compartilhadas no grupo me possibilitaram ocupar espaços importantes de debate sobre a temática dentro da universidade, como é o caso da Comissão da Política de Igualdade de Gênero da UFSM.

Portanto, embora a referida política ainda não tenha sido aprovada e implementada na instituição, torna-se importante o resgate e o registro histórico de todo o processo que envolveu a sua construção. A partir da descrição e sistematização dessa experiência pretende-se contribuir para o avanço na discussão do tema na universidade e assim, potencializar que a igualdade de gênero aconteça no modo de ser da UFSM e seja inspiração para iniciativas semelhantes.

Para contar essa história, construí uma narrativa que inclui um breve referencial teórico sobre o tema, seguido do relato de experiência e encerrando com as considerações finais. Desse modo, serão discutidas, a seguir, algumas ideias e teorias que embasam a temática à luz dos Estudos de Gênero.



## 2. MOVIMENTOS FEMINISTAS, GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Considerando os marcadores individuais expostos até aqui e que me constituem enquanto pesquisadora feminista, é necessário pontuar que a forma como essa narrativa foi construída baseia-se na valorização da experiência vivida. Segundo a autora Christine Delory-Momberger (2014, p. 35)

[...] é a narrativa que constrói, entre as circunstâncias, os acontecimentos, as ações, as *relações* de causa, de meio, de finalidade; que polariza as linhas de nossos *enredos* entre um começo e um fim e os leva para sua conclusão; que transforma a relação de sucessão dos acontecimentos em encadeamentos finalizados; que compõe uma totalidade significativa, na qual cada evento encontra seu lugar, segundo sua contribuição na realização da história contada. É a narrativa que faz de nós o próprio personagem da nossa vida; é ela, enfim, que dá uma *história* a nossa vida: *não fazemos a narrativa de nossa vida porque temos uma história; temos uma história porque fazemos a narrativa de nossa vida.* (DELORY-MOMBERGER, 2014, p. 35, grifos da autora).

Por relatar experiências vividas esse estudo apresenta uma abordagem situada. Ao analisar a história da ciência, pela ótica eurocêntrica e patriarcal, a qual considera o homem como sujeito universal e o único capaz de produzir conhecimento científico, percebe-se que as mulheres foram mantidas alheias a esse processo. Esse entendimento começa a mudar a partir das discussões sobre conhecimento situado impulsionadas, principalmente pelas obras de pesquisadoras como Ilana Löwy, Sandra Harding e Donna Haraway.

Segundo Löwy (2000), quando um conhecimento é baseado na própria experiência de quem o produz, o saber produzido pode beneficiar pessoas que se encontram em situações semelhantes. Harding (1993) ao estudar as categorias analíticas na teoria feminista mostrou que quando se abandona a ideia de um homem universal, já não faz mais sentido a ideia de invisibilidade da mulher, pois se revela uma diversidade de mulheres vivendo em diferentes contextos históricos de classe, raça e cultura. Do ponto de vista de Haraway (1995, p. 36) os saberes localizados exigem que o objeto do conhecimento seja entendido como ator e agente, “nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento “objetivo”. Nessa perspectiva, na contemporaneidade foi o feminismo, enquanto movimento social, o responsável por

trazer para o centro das discussões a valorização das experiências das mulheres.

As teorias feministas vieram para desacomodar o meio acadêmico, fazendo repensar sobre as formas de produzir conhecimento e sobre o papel que as experiências têm nessa construção. Neiva Furlin (2012) destaca que a partir dessa mudança de ponto de vista científico, as mulheres puderam valorizar os modos de pensar contextual e narrativo em suas pesquisas, em contraponto ao pensamento formal e abstrato, produzido e difundido pelos homens, e, “com isso, mostraram como a posição de sujeito e as experiências distintas interferem significativamente na produção do conhecimento”. (FURLIN, 2012, p. 967).

Outro conceito fundamental para o referencial teórico deste trabalho é o conceito de gênero, porém, não há como falar em gênero, enquanto campo teórico, sem mencionar novamente a influência dos movimentos feministas. Em nível mundial, esses movimentos tiveram origem no século XIX, com o direito ao voto como pauta unificadora da luta das mulheres, embora diversas outras reivindicações relacionadas aos seus direitos civis também tenham sido importantes.

Maria Amélia de Almeida Teles, em sua obra *Breve História do Feminismo no Brasil*, faz uma sistematização dos aspectos históricos da condição da mulher no país. Segundo Teles (1999), o movimento feminista brasileiro carrega em sua origem, desde o período colonial até os dias atuais, a história de resistência e de luta de mulheres de origem popular, como as negras nos quilombos e as trabalhadoras da classe operária, além de algumas mulheres intelectualizadas. Durante o processo de industrialização no Brasil, entre meados de 1906 e 1919, ocorreram expressivos movimentos grevistas no setor têxtil, tecelãs e costureiras lutavam pela redução da jornada e melhores condições de trabalho. Embora suas conquistas fossem sempre menores que as dos homens, a mobilização das trabalhadoras resultou na redução da jornada de trabalho, na proibição do trabalho noturno de mulheres e menores e na instituição de leis trabalhistas.

Nesse mesmo período, sob influência do que vinha acontecendo em outros países, as reivindicações pelo direito ao voto das mulheres chegavam ao Brasil. Esse movimento reuniu, principalmente mulheres das classes média e dominante e ficou conhecido como sufrágio. Com a conquista do voto no Brasil, em 1934, a luta das mulheres passou a se concentrar nas questões do trabalho feminino. No entanto, a repressão policial e política, principalmente contra as ideias socialistas, acabou por dividir e enfraquecer a luta das mulheres trabalhadoras (TELES, 1999).

O autoritarismo da Era Vargas (1937-1945), exigiu que as brasileiras voltassem a se organizar politicamente, dada a urgência da pauta da redemocratização do país, deixando em segundo plano as suas especificidades enquanto mulheres. Somente mais tarde, a partir de 1975, as brasileiras retomam as discussões sobre feminismo e, ainda que integradas ao movimento democrático, puderam se organizar em grupos de estudos, programando ações de mobilização. Lutaram pela anistia, pelas liberdades políticas e por uma constituinte livre e soberana. A criação dos primeiros núcleos de estudos sobre a questão da mulher e as relações de gênero nos meios acadêmicos e a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres são ações fruto desse movimento feminista brasileiro descrito por Teles (1999).

Em 1986, a historiadora norte-americana Joan Scott publicou seu reconhecido artigo “Gênero uma categoria útil para análise histórica”, porém, foi somente na década de noventa que o conceito de gênero chegou ao Brasil, a partir da tradução do referido artigo. Em seu texto, Scott (1990, p. 21) define gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e a forma primeira de significar as relações de poder”. A historiadora também identifica quatro elementos relacionados entre si que implicam na construção histórica e social do gênero, são eles: os símbolos e representações culturais, os conceitos normativos binários entre o feminino e o masculino, os aspectos políticos - que, para além da organização doméstica e familiar, consideram ainda a economia, a organização social, a educação e o sistema político - e a identidade subjetiva. Nesse sentido, ela eleva o gênero a uma categoria de análise que pode ser utilizada, inclusive, para estudar estruturas e discursos políticos. (SCOTT, 1990).

Importa salientar que as discussões sobre gênero não se esgotam em uma organização binária entre mulheres e homens, há de se considerar também as identidades construídas fora de uma lógica heteronormativa, como a de travestis, transexuais e transgêneros. Nesse contexto, uma questão bastante presente nos primeiros encontros da comissão foi o dilema entre elaborar uma política para mulheres ou uma política de gênero. Teresa Kleba Lisboa (2010) pondera que embora as políticas específicas para mulheres não excluam as políticas de gênero, elas geralmente não problematizam os papéis sociais atribuídos às mulheres dentro de uma construção sócio-cultural e tampouco transformam essas predefinições

sobre o papel feminino. Em contrapartida, a potencialidade da relação diferença-igualdade entre homens e mulheres revelada nas políticas de gênero, pode produzir na sociedade dispositivos para atingir a equidade de gênero (LISBOA, 2010). Assim, com o amadurecimento das discussões houve consenso em relação ao amplo espectro de identidades e demandas sociais que poderiam ser abarcadas por meio de uma política de gênero.

Para compreender a noção de política abordada nesse estudo é fundamental marcar sua natureza pública, pois o diálogo e a discussão aberta são elementos constitutivos da elaboração das políticas (LISBOA, 2010). A sociedade em que vivemos não é homogênea, pelo contrário, ela existe permeada por pluralidades. Nesse sentido, a esfera pública precisa reconhecer e considerar essa pluralidade no seu modo de operar, ou seja, deve existir para o bem comum, sem deixar de refletir e visibilizar as identidades individuais. Isso significa oferecer ao público oportunidades iguais, independente de gênero, classe e etnia. Trazendo para a realidade de uma Instituição de Ensino Superior (IES), como é o caso da UFSM, pode-se dizer que o processo de construção da Política de Igualdade Gênero esteve em consonância com essa característica primordial de uma política pública, pois além de ter sido impulsionado por demandas coletivas da comunidade universitária, também possibilitou a abertura para o diálogo com o público envolvido durante toda a sua elaboração.

Segundo Marta Ferreira Santos Farah (2004) embora o campo dos Estudos de Gênero já tenha atingido um certo acúmulo de discussões no Brasil, o cenário não garantiu a incorporação natural da temática pelas políticas públicas, sendo ainda hoje um desafio e uma pauta dos movimentos feministas e de mulheres. As políticas públicas brasileiras com perspectiva de gênero conquistadas são fruto da organização dos movimentos sociais, no sentido de pressionar os órgãos governamentais para sua criação, implementação e continuidade. Sabemos que dependendo do contexto social essas conquistas podem estar ameaçadas.

Apesar dos desafios, a convergência de pautas entre os movimentos de mulheres e os movimentos feministas produziu resultados positivos em relação à incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas brasileiras. Em 1983, foi criado o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina e instituído o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher. Mais tarde, em 1985, foram constituídas a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher e o primeiro

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Em 1988, houve uma grande mobilização entre movimentos de mulheres, movimentos feministas e parlamentares constituintes, conhecida como o *Lobby do Batom*, para construir coletivamente propostas para a nova Constituição, as quais foram apresentadas ao Congresso e incorporadas ao documento.

Entre as políticas mais recentes, uma das mais relevantes, é a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), que criou mecanismos para coibir e denunciar a violência doméstica e alterou o conceito de doméstico, não mais o atrelando à noção de família. Além disso, houve grande avanço quando, em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela criminalização da homofobia e da transfobia na Lei do Racismo (Lei 7.716/1989) até que o Congresso Nacional crie lei própria sobre o tema.

Assim, ao longo dos tempos, por meio da luta dos movimentos sociais e de suas representantes no cenário político, as mulheres vem defendendo demandas e exigindo políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero. Segundo Lourdes Bandeira (2005, p. 45), falar em igualdade de gênero “é romper com um universo restrito do não reconhecimento da alteridade, do outro, da diferença, para caminhar em direção ao espaço de equidade, emancipação e pertencimento”.

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas é o quinto entre os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)<sup>1</sup> propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Um dos objetivos específicos é “adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis”.

Nesse sentido, a perspectiva da igualdade de gênero, hoje difundida na agenda mundial, questiona os poderes dominantes, com foco na valorização da diversidade de gênero e na construção de uma sociedade mais diversa, justa e igualitária, composta por diferentes culturas e identidades. Ainda nessa perspectiva, a igualdade não se refere apenas aos direitos e obrigações, mas também à participação e representatividade dos sujeitos sociais na determinação das regras e tomadas de decisão que constituem a sociedade. Por isso, como aponta Lisboa (2010) a elaboração de políticas públicas de gênero requer por parte dos agentes

---

<sup>1</sup> Fonte: <https://brasil.un.org/index.php/pt-br/sdgs/5>. Acesso em: 20 de dezembro de 2020.

públicos, além da predisposição para discutir o tema, o entendimento de que a governabilidade com a perspectiva da igualdade de gênero depende de três fatores:

- a) da vontade e da decisão política que garanta, junto aos planejadores em todas as instâncias federativas, a incorporação da transversalidade de gênero;
- b) da sua incorporação junto à prática dos gestores, que executam, monitoram e avaliam as políticas públicas nos níveis federal, estadual e municipal;
- c) da disseminação de novos valores culturais e políticos junto à população, com vistas a uma cidadania inclusiva. (LISBOA, 2010, p. 5).

Desse modo, gestores(as) têm um longo caminho de estudos sobre o assunto, conhecer a história das mulheres e seus desdobramentos pode ser útil nessa empreitada. Jussara Reis Prá (2013) aborda a questão concluindo que

a incorporação da perspectiva trazida pelo feminismo, pensamento e prática, e pelos estudos de mulher e gênero, enriquecem as análises políticas ao tornarem visíveis as assimetrias de gênero e as desigualdades culturalmente construídas entre homens e mulheres. Isto requer, como sugere o feminismo, desconstruir estereótipos e falsas dicotomias sobre as mulheres para que se possa sedimentar a equidade de gênero nas políticas públicas. (PRÁ, 2013, p. 10).

As reflexões sobre experiência, conhecimento situado, movimentos feministas, gênero e políticas públicas com enfoque em gênero trazidas nesta seção servem de aporte teórico fundamental para o desenvolvimento da seção seguinte, cuja intenção é relatar minha experiência como agente do processo de construção de uma política institucional.

### **3. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE IGUALDADE DE GÊNERO NA UFSM**

Antes de relatar, a partir da minha experiência, como se deu a construção da Política de Igualdade de Gênero na UFSM é preciso enfatizar que as discussões sobre o tema entre a comunidade acadêmica antecedem a formalização de uma comissão para regulamentar o assunto. Essas questões vêm sendo discutidas há alguns anos, de forma autônoma, por diversos grupos engajados na causa, formados em sua maioria por mulheres, como é o caso dos grupos de pesquisa, dos grupos de trabalho vinculados a entidades sindicais, dos coletivos e dos movimentos sociais. Esse potente acúmulo de discussões certamente contribuiu para que as

reivindicações por igualdade de gênero e respeito às diferenças pudessem transpor o discurso e dar os primeiros passos rumo a uma política institucional.

Em uma rápida busca no Diretório dos Grupos de Pesquisa da UFSM, partindo dos termos *gênero, feminismos, mulheres e sexualidade*, é possível identificar um total de 10 grupos<sup>2</sup> registrados que pesquisam essas temáticas na instituição. Tais grupos contribuem não apenas para o incremento de publicações e divulgação do conhecimento científico da área, como também estão inseridos, por meio de suas/seus integrantes, nos debates institucionais sobre as reformulações dos currículos dos cursos de graduação e são responsáveis, ainda, pela proposição de projetos de ensino, pesquisa e extensão e pela promoção de cursos e eventos, entre outras ações. Embora sejam proporcionalmente pouco numerosos, se comparados aos 834 grupos de pesquisa das mais variadas áreas registrados na base de dados da UFSM, os grupos que pesquisam gênero e seus desdobramentos movimentam as discussões na universidade.

Para ilustrar uma das inúmeras ações promovidas por esses grupos, trago o exemplo do curso de formação feminista “Mulheres: direitos, conquistas e empoderamento”, promovido em 2016, pelo Grupo de Estudo e Pesquisa Feministas Elas, em parceria com as Pró Reitorias de Gestão de Pessoas (PROGEP) e de Extensão (PRE) da UFSM e voltado para as servidoras da instituição. O curso teve como desfecho a elaboração de um documento que foi encaminhado à gestão da universidade, reivindicando ações e políticas institucionais de promoção da igualdade de gênero e de combate a qualquer tipo de violência vivenciadas por mulheres no âmbito da UFSM. Não posso deixar de mencionar ainda, a iniciativa e a articulação feitas por pesquisadoras da área que resultaram na criação do primeiro curso de Especialização em Estudos de Gênero em uma universidade federal brasileira. O curso, aprovado em dezembro de 2018, teve a primeira turma no segundo semestre de 2019, com o ingresso de 50 estudantes, da qual tenho a

---

<sup>2</sup> Na busca foram encontrados os seguintes grupos: Grupo de Estudos em Diversidade, Corpo e Gênero, Educação, Tecnologias e Relações de Gênero, Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Gênero, ELAS – Grupo de Estudo e pesquisa Feministas, GEPACS – Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Gênero e Saúde, Comunicação, gênero e desigualdades, Núcleo de Pesquisa em Gênero, Políticas Públicas e Serviço Social, Grupo de Pesquisa e Extensão Artemis - Direito e Gênero, Trânsitos teóricos e deslocamentos epistêmicos no campo da literatura comparada: feminismo(s), estudos de gênero e teoria queer e Feminismos. Fonte: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prpgp/grupos-de-pesquisa/>. Acesso em: 16 de dezembro de 2020.

satisfação em integrar e poder encerrar essa importante etapa em minha formação apresentando o presente relato de experiência.

Outra frente bastante atuante, principalmente nas discussões que envolvem gênero e relações de trabalho na UFSM é o grupo de trabalho denominado “GT Mulher Trabalhadora” vinculado à Associação dos Servidores da Universidade Federal de Santa Maria (ASSUFSM), entidade sindical que representa a categoria das(os) Técnico-administrativas(os) em Educação da UFSM. A atuação bem articulada do GT foi fundamental em situações como a que envolveu casos de assédio sexual cometido por servidor da UFSM. A ação do GT Mulheres Trabalhadoras ocorreu no sentido de pressionar os órgãos implicados para que o processo administrativo fosse levado ao Conselho Universitário, resultando na demissão do servidor.

Motivadas por recorrentes casos de violência como esse, técnicas, docentes e estudantes há algum tempo vem dialogando e se organizando de forma mais sistemática desde meados de 2016. A partir daí a pauta conquistou caráter institucional. Entre 2016 e 2017, a PRE promoveu pelo menos três encontros, abertos à comunidade acadêmica, no formato de roda de conversa para tratar da temática da igualdade de gênero na universidade. O primeiro deles, intitulado “Igualdade de gênero na universidade: implicações para o ensino, pesquisa, extensão e gestão” contou com a participação das professoras Ana Maria Colling (Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD) e Ethel Maciel (Universidade Federal do Espírito Santo - UFES). Esses eventos ampliaram o diálogo com a comunidade em geral e suscitaram diversas demandas recorrentes na instituição, lideradas principalmente pelas mulheres.

A partir da participação nesses encontros, algumas mulheres se responsabilizaram por sistematizar as demandas levantadas e organizar as próximas ações, ocorrendo pelo menos dez reuniões para organizar e avaliar os encontros. Em meio a essa agenda houve um processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha de reitor(a). Por esse motivo, a frequência dos encontros diminuiu consideravelmente, o que acabou afetando as discussões e dispersando o grupo inicial que vinha participando das reuniões.

Considero oportuno destacar que, na referida consulta, ocorrida em 2017, duas mulheres concorreram ao cargo máximo da instituição, as professoras Helenise Sangoi e Laura Fonseca, como reitora e vice-reitora respectivamente, o que



podemos considerar como um avanço em 60 anos de história da UFSM. Embora não tenham sido eleitas, sua participação no pleito e seus posicionamentos e propostas provocaram calorosas discussões envolvendo questões de gênero não apenas entre concorrentes, mas também entre a comunidade acadêmica como um todo. Para além disso, tais discussões nos convidaram a refletir sobre a desigualdade de oportunidades impostas às mulheres no mundo do trabalho, principalmente no que se refere a ocupação de altos cargos de gestão.

Pesquisas realizadas pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em 2005, e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2012, concluíram que embora o acesso à administração pública federal seja igualitário, por ocorrer por meio de concursos públicos, as mulheres enfrentam maiores limitações para progredir na carreira profissional do que os homens nesses espaços. Além disso, outra constatação recorrente em ambas as pesquisas foi que conforme mais elevado é o nível do cargo menor é a participação de mulheres em sua ocupação.

Em uma rápida pesquisa no Portal UFSM em Números<sup>3</sup> foi possível descobrir que a instituição tem, atualmente, um total de 4.683 servidoras(es) ativas(os) nos mais variados cargos e funções e destas(es) 2.410 são mulheres, ou seja, 51,4% do total de trabalhadoras(es) concursados. Olhando para esses dados o questionamento que fica é: *Onde essas 2.410 mulheres servidoras estão localizadas hierarquicamente no contexto da UFSM?* É possível ter uma ideia inicial de sua presença em postos mais elevados ao observar a ocupação dos cargos de gestão com maior remuneração e, conseqüentemente, maior status. Para exemplificar, a UFSM tem atualmente oito pró-reitorias e apenas uma delas é dirigida por uma mulher, a saber, a PROGEP. Nas unidades de ensino o cenário não é diferente, pois das 11 unidades existentes apenas três delas têm mulheres na direção, são elas: Centro de Educação (CE), Centro de Ciências Naturais e Exatas (CCNE) e a Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo (UEIIA).

Passada a agitação trazida pelo processo de escolha de reitor(a) e pressionada pelas mulheres da comunidade, em decorrência do aumento de casos de violência sexual dentro da UFSM a gestão designou, em setembro de 2017, um grupo de pessoas vinculadas a instituição para compor a Comissão Institucional de Política de Igualdade de Gênero. Esse grupo recebeu a incumbência de elaborar

---

<sup>3</sup> Fonte: <https://portal.ufsm.br/ufsm-em-numeros/publico/index.html>. Acesso em: 03 de novembro de 2020.

uma proposta de política institucional, no formato de minuta de resolução, para a igualdade de gênero na UFSM. Assim como eu, a maioria das pessoas designadas para compor o grupo já vinha participando das discussões institucionais sobre igualdade de gênero que ocorreram entre 2016 e 2017. A representação da comissão respeitou a paridade de gênero e de categorias, havendo em sua composição homens, mulheres, estudantes, docentes e técnicos-administrativas(os) em educação e levando em consideração a diversidade de identidade sexual.

A partir da formalização de um grupo de trabalho foi possível traçar algumas metas e elencar prioridades a serem atendidas com a política. Os encontros da comissão aconteciam semanalmente e eram abertos à comunidade acadêmica. As datas e os relatos das reuniões eram divulgados no site da PRE, no espaço destinado ao Observatório de Direitos Humanos (ODH). Nos primeiros encontros o grupo debruçou-se sobre os diversos materiais escritos<sup>4</sup> produzidos durante as rodas de conversa realizando a leitura e a sistematização dos dados. Esses materiais continham registros das demandas e reivindicações da comunidade acadêmica presente nos encontros em relação às pautas das mulheres e de gênero e serviram de base para o delineamento das ações prioritárias a serem propostas pela política. Entre as principais demandas levantadas nesses encontros estavam os casos de assédio moral e sexual no ambiente de trabalho/estudo, a violência sexual e de gênero, as dificuldades enfrentadas pelas estudantes mães para permanência na universidade, a falta de segurança no campus para as mulheres, o uso da hierarquia como ferramenta de opressão em diversos âmbitos institucionais, etc.

Após a sistematização desses dados, passou-se a realizar levantamentos em outras IES brasileiras para verificar a existência de políticas institucionais com perspectiva de gênero. Os levantamentos foram realizados a partir de buscas nos sítios eletrônicos das Instituições, da análise dos documentos oficiais e organogramas e até mesmo de contato via e-mail com algumas delas. Na ocasião, concluiu-se que não havia ainda nenhuma universidade ou instituto federal do país que apresentasse já regulamentada uma política sobre gênero. O que existiam eram diversas ações atuando de forma isolada, como núcleos, grupos de pesquisa, projetos e programas, porém, nenhuma delas apresentava caráter institucional.

A partir da constatação de que a comissão não teria um documento modelo

---

<sup>4</sup> Os referidos materiais encontram-se arquivados na Pró-Reitoria de Extensão.

em outra IES para usar como referência, iniciamos as discussões para a escrita de um texto partindo do zero. Levamos algumas reuniões para definir quais tópicos seriam abordados e quais eixos e princípios embasariam a política. Alguns documentos nos auxiliaram nesse processo inicial, como é o caso do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres.

A partir da definição de tópicos e eixos integradores, iniciou-se o processo de escrita a várias mãos. Priorizou-se que a escrita coletiva ocorresse sempre presencialmente, nas reuniões semanais, pois entendemos que isso permitia a ampla discussão e a troca de ideias com o grande grupo. Começamos então, a produzir o que chamamos de “boneca” da Política de Igualdade de Gênero da UFSM. Após meses de incontáveis discussões e muito trabalho na escrita do documento, chegamos a uma versão preliminar da política. Seguindo os trâmites institucionais essa versão foi encaminhada aos órgãos competentes que estavam citados no documento para manifestação, entre eles: Procuradoria Jurídica (PROJUR), Ouvidoria, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), Pró-Reitoria de Extensão (PRE), Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPGP) e Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA), Coordenadoria de Saúde e Qualidade de Vida do Servidor (CQVS) e Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo (COPSIA).

Os(as) gestores(as) de cada órgão citado acima foram convidados para reuniões presenciais com o objetivo de dialogar sobre as questões pertinentes ao órgão na proposta de política. Nem todos os(as) convidados(as) compareceram às reuniões, porém, a maioria enviou suas contribuições e sugestões ao texto, as quais foram acolhidas pela comissão. Após os ajustes, uma nova versão da política foi encaminhada à PROJUR para análise de questões jurídicas.

A partir do recebimento de análise favorável do jurídico, uma versão preliminar da Política de Igualdade de Gênero pôde ser socializada com a comunidade acadêmica da UFSM. Essa versão continha os seguintes tópicos: disposições preliminares, conceitos, princípios e objetivos, abrangência, gestão, eixos integradores, disposições transitórias, disposições gerais e bibliografia.

A política tem como propósito promover a igualdade de gênero em todas as

instâncias institucionais, fomentando ações de educação e de respeito ao ser humano. Com ela pretende-se criar mecanismos institucionais como modelos, guias e fluxos das denúncias de violência de gênero na UFSM; campanhas educativas; planos estratégicos de combate à violência de gênero e programas institucionais de formação, comunicação e educação pela igualdade de gênero. A essência da Política de Igualdade de Gênero da UFSM pode ser representada por meio de seus três eixos integradores: i) promoção da igualdade de gênero, ii) enfrentamento e responsabilização em casos de violência e iii) assistência.

No eixo promoção da igualdade de gênero são propostas ações educativas e culturais que disseminem atitudes igualitárias e valores éticos de respeito às diversidades de gênero, raça/etnia e geracionais como, por exemplo, a realização de campanhas educativas, cursos de formação/capacitação para gestores(as) e servidores(as) de setores implicados na política para qualificar o acolhimento das pessoas em situação de violência, a inserção da temática da igualdade de gênero nos eventos de recepção de servidores(as) e estudantes, o uso de linguagem inclusiva e não sexista em documentos oficiais e mídias de comunicação institucionais, a inserção e o acompanhamento de disciplinas sobre gênero e diversidade sexual no currículo de todos os cursos da UFSM, entre outros.

O eixo enfrentamento e responsabilização em casos de violência refere-se aos mecanismos institucionais previstos no caso de desrespeito ou violência de gênero. São exemplos de ações propostas: a adoção da metodologia de mediação de conflitos com foco nas pessoas que sofrem violências, a revisão do Código de Ética e Convivência Discente, no que se refere às sanções e punições aos casos de violência de gênero e a disponibilização de acompanhamento psicológico para pessoas em situação de violência e quem as comete.

O eixo assistência se propõe a realizar a articulação entre órgãos executivos com profissionais e equipe capacitada para intervir nos casos de violência de gênero. Esse eixo apresenta o que talvez seja o maior ganho da política, em termos de mudanças estruturais, para garantir um acolhimento adequado, ou seja, a criação de um núcleo de referência multiprofissional intitulado “Casa Frida Kahlo”. Esse órgão, além de fazer a gestão da política, também será responsável pelo acolhimento de pessoas em situação de violência de gênero, articulando-se com os demais eixos e com a rede de assistência já existente na universidade. O eixo assistência também aponta para a necessidade de adaptações na infraestrutura da

Instituição e para melhorias de condições para a permanência das estudantes mães no campus e na vida acadêmica, por exemplo.

A divulgação do conteúdo da política foi feita de duas formas: encaminhamento para todas as direções dos centros de ensino e envio automático de e-mail via sistema de notificação para servidoras(es) e estudantes da instituição. Em ambos os casos, além do texto da política, foi divulgada a agenda completa das rodadas de discussões que seriam promovidas pela comissão nas unidades de ensino do campus sede e também nos campi fora de sede. Além dessa oportunidade para a comunidade discutir e se manifestar presencialmente sobre a política, também foi possível enviar sugestões e contribuições via e-mail. Somando-se a essas ações foi realizada uma campanha com o apoio da PRE. O material gráfico foi produzido por bolsistas do ODH/PRE e divulgado via mídias sociais desta Pró-Reitoria com o objetivo de comunicar sobre a existência de uma proposta de Política de Igualdade de Gênero na UFSM, divulgar a agenda de debates e chamar a comunidade acadêmica para discutir.

A versão preliminar da política foi disponibilizada com antecedência para que a comunidade pudesse ter acesso ao seu conteúdo no intuito de embasar as discussões presenciais. A primeira rodada de discussões foi realizada durante a programação da 33ª Jornada Acadêmica Integrada, em outubro de 2018. Também ocorreram discussões no Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH), no Centro de Tecnologia (CT), no Colégio Politécnico, na Casa do Estudante Universitário (CEU II) e nos campi de Cachoeira do Sul, Frederico Westphalen e Palmeira das Missões. O encerramento da agenda de discussões ocorreu durante a programação do Fórum de Direitos Humanos, promovido em dezembro de 2018, pela PRE. A comissão seguiu a mesma metodologia em todos os debates, inicialmente apresentando o texto da política na íntegra e na sequência abrindo espaço para discussão. Os momentos de público mais expressivo foram na abertura e no encerramento das discussões, talvez por estarem ambos integrados à programação de outros eventos.

Embora entusiasmadas com a potencialidade do diálogo, as integrantes da comissão estavam apreensivas sobre a reação da comunidade a uma proposta de política de gênero sendo apresentada em um momento tão delicado na esfera política nacional, no qual uma onda de conservadorismo trouxe como uma de suas

plataformas o combate ao que chamaram de “ideologia de gênero”<sup>5</sup>. Felizmente a acolhida a proposta foi bastante positiva e teve discussões produtivas em todos os locais que a comissão visitou.

Em dezembro de 2018, após o encerramento das rodadas de discussão, a comissão reuniu-se para analisar as contribuições e sugestões vindas da comunidade fazendo as devidas alterações no texto e, assim, uma nova versão do documento foi encaminhada aos órgãos envolvidos. Até agosto de 2019 o processo permaneceu em tramitação entre os órgãos implicados e a comissão ficou aguardando os respectivos pareceres. Em setembro de 2019, houve uma reunião do grupo para analisar os pareceres que já haviam sido recebidos.

Em 2020, tivemos três reuniões da comissão, nos meses de fevereiro, maio e setembro, as duas últimas ocorreram de forma remota devido a suspensão das atividades presenciais na UFSM, em vigor desde março de 2020, em decorrência da Pandemia de COVID-19<sup>6</sup>. Todos os encontros tiveram o objetivo de analisar os pareceres pendentes e deliberar sobre os próximos passos da política. Na reunião ocorrida em maio de 2020, analisamos o último parecer pendente, encaminhado pela PROPLAN. O parecer apontava alguns itens que poderiam trazer mais explicações no texto, como por exemplo, a estrutura organizacional e a composição da equipe de servidoras(es) da Casa Frida Kahlo. Feitos os ajustes solicitados, a minuta de resolução da política de gênero foi novamente encaminhada para parecer da PROPLAN e também da PROJUR para verificação das questões jurídicas.

Tivemos uma surpresa quando a PROJUR, órgão que inicialmente havia emitido parecer favorável ao prosseguimento da política, retornou com um novo parecer concluindo que a minuta de resolução não encontrava apoio na legislação pertinente vigente. Aqui cabem algumas considerações: i) a PROJUR consiste em uma representação da Advocacia Geral da União (AGU) dentro da UFSM e atua por meio de seus procuradores; ii) entre um parecer e outro houve troca do responsável

---

<sup>5</sup> Segundo Richard Miskolci (2018, p. 7) é possível compreender “ideologia de gênero” como um referente compartilhado a despeito de diagnósticos diversos sobre o que ele significa e das razões pelas quais ele deveria ser combatido. O espectro “ideologia de gênero” delimita um campo discursivo de ação que podemos reconhecer como unindo imaginariamente uma suposta ameaça de retorno do comunismo ao pensamento acadêmico feminista estabelecendo um enquadramento da política em torno do medo de mudanças na ordem das relações entre homens e mulheres e, sobretudo, da extensão de direitos a homossexuais.

<sup>6</sup> Fonte: <https://www.ufsm.br/2020/03/16/ufsm-suspende-atividades-academicas-e-administrativas-presenciais-a-partir-do-dia-16-de-marco/>. Acesso em: fevereiro de 2021.

pela manifestação, acarretando em análises divergentes e iii) o último parecer concluiu que a regulamentação do tema, da forma como proposta pela comissão, é desnecessária visto que as definições de gênero e igualdade estão contempladas na norma maior, ou seja, na Constituição Federal.

Essa análise jurídica impactou profundamente todo o trabalho que vinha sendo construído pela comissão desde 2017. Decidimos em reunião que iríamos buscar suporte jurídico externo à PROJUR para verificar a legalidade do que estávamos propondo. Foram realizados vários contatos com juristas servidoras da UFSM, porém não obtivemos sucesso. Dessa forma, decidimos discordar da decisão do jurídico e demos seguimento ao trâmite do processo. A expectativa é de que, em 2021, a minuta de resolução possa ser encaminhada ao Conselho Universitário para apreciação e deliberação.

Prova da sua relevância é que mesmo sem ter sido aprovada a Política de Igualdade de Gênero já promoveu muitas discussões sobre o assunto na universidade, cumprindo com um de seus objetivos. Em decorrência de minha participação na comissão houve ocasiões em que fui convidada a falar sobre a política em eventos e ações institucionais. O primeiro convite foi para participar de uma roda de conversa promovida pelo Núcleo de Comunicação Institucional (NUCOM) do CE abordando o tema "Ser Mulher na Universidade: Desafios e Possibilidades" e ocorrido em dezembro de 2018. Em março de 2019, concedi uma entrevista para o programa Campus da Gente da Rádio UniFM. Em alusão ao mês das mulheres, nessa edição do programa o tema abordado foi "E agora mulher? Ressignificando a resistência em tempos de intolerância e ódio".

Em março de 2020, durante a programação da Calourada do CE foi disponibilizado um espaço para o Grupo de Estudo e Pesquisa Feministas Elas apresentar alguma temática que julgasse relevante e achamos oportuno apresentar a Política de Igualdade de Gênero para as(os) calouras(os). A apresentação foi feita pela professora Márcia Paixão e por mim. Em maio de 2020, fui convidada para participar do quadro "Live Sindical" promovido pela ASSUFISM que discutiu o tema "Políticas Institucionais de Igualdade de Gênero da UFSM". Isso demonstra que a realidade social apresenta demandas em relação às relações igualitárias no contexto social e universitário. Os estudos feministas apontam que o debate acerca da igualdade de gênero tem demonstrado que há aceitação e reconhecimento da necessidade de uma Política de Gênero nos espaços universitários.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa apresentada, na forma deste relato de experiência, responde à questão inicial de pesquisa e, ao mesmo tempo, atinge o seu objetivo central, por meio da sistematização das ações ocorridas durante o processo de construção da Política de Igualdade de Gênero na UFSM. A organização sistemática dos acontecimentos baseou-se na minha experiência de participação no processo, trazendo assim, uma abordagem situada para o estudo. As noções sobre conhecimento situado, movimentos feministas, gênero e políticas públicas trouxeram importantes subsídios teóricos, cultivando um terreno fértil para o desenvolvimento das ideias que pretendia transmitir pela escrita.

Um dos objetivos específicos elencados na Introdução era reconhecer as potencialidades e as fragilidades da UFSM, no que se refere à promoção da igualdade de gênero. Considero como uma potencialidade a recente abertura ao diálogo entre gestão e comunidade acadêmica conquistada pela organização e pressão de mulheres da universidade sensíveis ao tema, o que resultou, inclusive, na criação da comissão e da política objetos deste relato. Além disso, por se tratar de uma instituição pública cuja finalidade primordial é o acesso à educação, a UFSM tem, por meio de suas/seus agentes e processos, um grande potencial para transformar a realidade social, especialmente no que se refere à promoção da igualdade de gênero.

Em contrapartida, uma das fragilidades para a promoção da igualdade de gênero, que também reflete como um desafio para a implementação da política institucional é a hierarquização como ferramenta de opressão em diversos âmbitos institucionais. Historicamente, as estruturas de poder da UFSM são, predominantemente, ocupadas por homens, os quais, inseridos na lógica dominante, priorizam decisões que beneficiam seus interesses e de seus pares. Essa prática mantém as mulheres distantes dos espaços de decisão e impede que avanços para a igualdade de gênero ocorram e sejam impressos no modo de ser da universidade. Um exemplo disso é o fato da Política de Igualdade de Gênero ter encontrado resistência em uma das instâncias superiores da UFSM, a PROJUR. Como relatado anteriormente, em duas ocasiões em que foi encaminhado a este órgão, o



documento teve interpretações diferentes por parte dos procuradores que o analisaram. Essa situação vai ao encontro do que aponta Lisboa (2010) quando afirma que a elaboração de políticas públicas de gênero depende da vontade e da decisão política dos agentes públicos e da incorporação do tema junto às práticas de gestão.

É pelos motivos apontados acima que um dos maiores desafios para a implementação da Política de Igualdade de Gênero na UFSM será a sua aprovação no Conselho Universitário, especialmente se a sessão ocorrer de forma remota, em decorrência da Pandemia de COVID-19. Nessa ocasião será fundamental o apoio de toda a comunidade acadêmica, no sentido de pensar em estratégias para pressionar e sensibilizar, mesmo que de forma virtual, os(as) conselheiros(as) - em sua maioria homens - para a importância da criação de uma política com a perspectiva de gênero na UFSM.

Em termos gerais, a relevância dessa política pode ser ilustrada pela proposta de criação da “Casa Frida Kahlo”. Esse novo órgão, além de ser responsável pela gestão da política, terá profissionais capacitadas(os) para realizar o acolhimento de pessoas em situação de violência de gênero, articulando suas ações com os demais eixos da política e a rede de assistência já existente na universidade. A reivindicação por um local que acolha essas pessoas de forma adequada tem sido uma demanda recorrente nas discussões sobre o tema. Por esse motivo, considero a “Casa Frida Kahlo” como o maior ganho da política em termos de mudanças estruturais na UFSM e com potencial para grandes transformações culturais e sociais.

Para além do reconhecimento da importância desse registro histórico para a Instituição e para a luta das mulheres na UFSM, considero importante salientar o que o ato de contar uma parte da minha história de vida provocou em mim. Perceber os caminhos e os desdobramentos que me levaram a participar do processo de construção da política de gênero foi, além de um grande desafio, também um exercício que me permitiu revisitar momentos da minha vida e analisá-los sob o ponto de vista das questões de gênero. Nesse contexto, posso afirmar que a experiência e as vivências no Grupo de Estudo e Pesquisa Feministas Elas despertaram questões e inquietações que já habitavam em mim, participar do grupo me permitiu canalizá-las para tentar transformá-las em ação. Esse movimento de olhar para mim e para minha história me mostrou o impacto que ações individuais podem ter no coletivo. A máxima de pensar no coletivo ao agir individualmente fica

ainda mais evidente para mim após a escrita deste relato.

Quando ingressei no Curso de Especialização em Estudos de Gênero com um projeto de pesquisa que pretendia sistematizar o processo de construção da Política de Igualdade de Gênero da UFSM não imaginava que teria essa oportunidade desafiadora de lançar um olhar sensível para a minha história de vida e compreender o quanto essa história me constitui enquanto pesquisadora feminista. Os aprendizados que tenho vivenciado durante o curso vão além de um simples aprofundamento teórico sobre gênero, eles me possibilitam escrever mais uma página em minha trajetória e fomentam novos olhares e novas formas de ser e ocupar os espaços onde estou inserida.

Esse contínuo aprendizado a partir das experiências de vida demonstra que o tema desse relato não se esgota aqui, pelo contrário, ele abre muitas possibilidades para seguir pensando e pesquisando.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Lourdes. Brasil: fortalecimento da secretaria especial de políticas para as mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. In: Pereira de Melo, Hildete & Bandeira, Lourdes. **A pobreza e as políticas de Gênero no Brasil**. CEPAL. Série Mujer y Desarrollo. n.66. Jun/2005. pp.43-76. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000167&pid=S0104-026X201000020000800003&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000167&pid=S0104-026X201000020000800003&lng=pt). Acesso em: 25 nov. 2020.

BRASIL. Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006 – **Lei Maria da Penha**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm). Acesso em: 19 dez. 2020.

BRASIL. Lei 7.716 de 5 de janeiro de 1989 – **Lei do Racismo**. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=7716&ano=1989&ato=469UTSq1EeFpWTde0>. Acesso em: 29 de janeiro de 2021.

\_\_\_\_\_. Relatório de Pesquisa: Mulheres e homens em ocupações de DAS na Administração Pública Federal. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2012, 93 p. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7745/1/RP\\_Mulheres\\_2012.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7745/1/RP_Mulheres_2012.pdf). Acesso em: 13 dez. 2020.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **Biografia e Educação**: figuras do indivíduo-projeto. Coleção Pesquisa (Auto) Biográfica e Educação. 2 ed. Natal, RN: EDUFRN, 2014.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Gênero, raça e competências de direção no Serviço Público Federal. Brasília: ENAP, 2005. 68 p. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/650>. Acesso em: 13 dez. 2020.

FARAH, Marta Ferreira dos Santos. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100004>. Acesso em: 22 nov. 2020.

FURLIN, Neiva. A categoria da experiência na teoria feminista. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 967-969, dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300025>. Acesso em: 19 dez. 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminino e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 5, 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 19 dez. 2020.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, v. 1, n. 1, 1993. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15984>. Acesso em: 19 dez. 2020.

LISBOA, Teresa Kleba. Políticas públicas com perspectiva de gênero – afirmando a igualdade e reconhecendo as diferenças. **Anais eletrônicos Fazendo gênero 9**. Diásporas, diversidades, deslocamentos. Florianópolis, 2010. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278289946\\_ARQUIVO\\_Texto\\_ST\\_Completo\\_FG9.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278289946_ARQUIVO_Texto_ST_Completo_FG9.pdf). Acesso em: 22 nov. 2020.

LÖWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos ‘situados’. **Cadernos Pagu**, 15, 15-38, 2000. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635360>. Acesso em: 19 dez. 2020.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. *Cadernos Pagu*, 53, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800530002>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Os objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso em: 20 nov. 2020.

PRÁ, Jussara Reis. Políticas feministas e questões de gênero. **Anais eletrônicos Fazendo gênero 10**. Desafios atuais do feminismo. Florianópolis, 2013. Disponível em: [http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373338314\\_ARQUIVO\\_PolíticasFeministasequestoesdegenero\\_Jussara.pdf](http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373338314_ARQUIVO_PolíticasFeministasequestoesdegenero_Jussara.pdf). Acesso em: 17 dez. 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Revista Educação & Realidade*, v.15, n.2, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 20 nov. 2020.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. Coleção Tudo é História. São Paulo: Brasiliense, 1999.

UFSM, **Minuta de Resolução**. Institui a Política de Igualdade de Gênero da Universidade Federal de Santa Maria (Processo n. 23081.055062/2018-39), Santa Maria, 2018.